

ATA DA REUNIÃO DA MESA ESTADUAL DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS

Aos 28 dias do mês de abril de 2015, na Cidade Administrativa, na sede da Companhia de Habitação de Minas Gerais (Cohab Minas), realizou-se reunião com o principal objetivo de receber a resposta dos movimentos populares à proposta do empreendedor para as ocupações da Izidora, na Granja Werneck. Conforme lista de presença anexa, tendo como princípio “Ouvir para governar”, foi discutida e deliberada a seguinte pauta:

→ Leitura e assinatura da ata da reunião realizada no dia 14 de abril de 2015.

O presidente da Cohab Minas, Claudius Vinicius Leite Pereira, realizou a leitura na íntegra da ata da reunião realizada no dia 14 de abril de 2015. Não houve questionamentos em relação ao conteúdo da ata.

→ Informes sobre a negociação da mesa em relação a:

- Ocupação Nelson Mandela/BH
- Ocupação William Rosa/Contagem
- Ocupação Barreirinho/Ibirité

- Ocupação Nelson Mandela/BH

O presidente da Cohab Minas informou que o remanejamento das famílias da ocupação Nelson Mandela, no Aglomerado da Serra, foi realizado com sucesso até o dia 15/04/2015, liberando a área no dia 16/04/2015, data em que foi executada a ação de reintegração de posse. Ele fez a leitura da lista das famílias que foram realocadas da ocupação Nelson Mandela para residências provisórias, enquanto aguardam seu reassentamento definitivo, tendo sido atendidas, no total, 28 famílias (15 moradias alugadas, 10 casas do Conjunto Mariquinha e 3 do Conjunto Aarão Reis). O representante da ocupação Nelson Mandela, Romerito Richel, alegou que outras seis famílias, que constam no cadastro do Programa Polos da UFMG, deixaram de ser atendidas. Em resposta, o presidente da Cohab Minas reafirmou que, conforme acordado em reunião da Mesa, o atendimento foi feito tendo como referência o cadastro realizado pela Urbel.

O representante da Comissão Pastoral da Terra, Frei Gilvander, ponderou que as seis famílias da ocupação Nelson Mandela que constam do cadastro da Polos não podem ficar de fora desse acordo, solicitando da Mesa uma solução para esses casos. Definiu-se que será realizada nova sindicância para apurar o número real de famílias que residiam na ocupação e que atendem aos critérios do cadastro. A representante das Brigadas Populares, Isabella Gonçalves, solicitou que os movimentos populares acompanhem essa sindicância.

- Ocupação William Rosa/Contagem

Em relação à Ocupação William Rosa, o presidente da mesa informou que as negociações estão em curso, aguardando-se apenas o retorno da Ceasa para definir as medidas que serão adotadas para a conclusão do acordo.

- Ocupação Barreirinho/Ibirité

Em relação à ocupação Barreirinho, o presidente da Mesa informou que foi realizada, por solicitação da Cohab Minas, uma reunião com o prefeito de Ibirité, na qual foram analisadas propostas para a solução do conflito, dando início às negociações. Frei Gilvander reiterou que devem ser apuradas as denúncias de improbidade da obra em Ibirité.

- Retorno de encaminhamentos à Advocacia Geral do Estado (AGE) solicitando dilação do prazo, por mais 60 dias, para a execução da ação de reintegração de posse da Fazenda Ferro Ligas/Belgo Minas, em Jequitaiá/MG, contra a população que habita o Acampamento Novo Paraíso, para que sejam adotadas alternativas no sentido de solucionar de forma pacífica o conflito.

O representante da comunidade Novo Paraíso, Geraldo Pires de Oliveira, fez uma exibição de slides com o objetivo de mostrar aos participantes da Mesa que se trata de uma comunidade rural auto-sustentável, consolidada há 9 anos, que produz o necessário para o sustento das cerca de 50 famílias residentes no local. Alegou que as famílias da comunidade não têm como retornar para a cidade, uma vez que tiram seu sustento da produção agrícola e já não mantêm vínculos com seus locais de origem. A esse respeito, Frei Gilvander ressaltou que a comunidade Novo Paraíso está consolidada e por isso o despejo das famílias é inaceitável. Solicitou, ainda, que seja negociado prazo de dois anos para que sejam adotadas alternativas dignas de reassentamento dos moradores.

O presidente da Cohab Minas informou que a argumentação apresentada pela defensora pública, Ana Cláudia Silva Alexandre, será encaminhada à Advocacia Geral do Estado (AGE), a fim de subsidiar as negociações com a Justiça. Afirmou que será solicitada dilação do prazo da ação prevista, de forma que a Mesa possa estudar alternativas e encontrar uma solução definitiva para o conflito.

A defensora pública Ana Cláudia Silva sugeriu que se crie um grupo de trabalho específico para a mediação do conflito em Jequitaiá. Manifestou sua apreensão em relação ao cumprimento da ação de reintegração de posse, previsto para o dia 05 de maio de 2015, conforme ofício da Polícia Militar.

O diretor técnico da RuralMinas, Alexandre Chumbinho, informou que já foi encaminhada à AGE um pedido de intervenção jurídica solicitando dilação do

prazo da ação judicial. Para definir os procedimentos necessários, marcou-se para o dia 29 de abril, às 9h30, na Sede da Cohab Minas, reunião de uma câmara específica para a proposição de medidas emergenciais e estudo de uma proposta de reassentamento que contemple as famílias do Acampamento Novo Paraíso.

- ➔ Retorno de encaminhamentos à Vara Única da comarca de Conceição do Mato Dentro, junto com o Ministério Público, requerendo a dilação do prazo para cumprimento do mandado de reintegração de posse em área rural do município, desalojando famílias remanescentes da Comunidade Quilombola.

O advogado Elcio Pacheco apresentou denúncia em relação à situação da Sra. Natalina Ferreira da Silva, moradora da zona rural de Conceição do Mato Dentro, alegando que ela estaria sofrendo pressão da Mineradora Anglo American para deixar o local. Informou que se trata de uma senhora idosa, com problemas cognitivos, que tem dois filhos portadores de deficiência.

A Assessoria Jurídica da Cohab Minas informou que, na última sexta-feira, dia 24/04/2015, foi encaminhado ofício à juíza da Vara Única de Conceição do Mato Dentro informando a existência da Mesa de Diálogo e Negociação e requerendo a dilação do prazo para a reintegração de posse da área onde reside a família da Sra. Natalina, de modo que se possa encontrar uma solução para o seu reassentamento.

O presidente da Cohab Minas informou que, na próxima semana, será realizada uma reunião com representantes da Anglo American para tratar do reassentamento das famílias, bem como uma visita à senhora Natalina Ferreira da Silva. Disse ainda que será feito contato com a Assessoria Jurídica da Anglo American solicitando uma flexibilização do procedimento em relação à Sra. Natalina, tendo em vista os argumentos apresentados pelo Ministério Público.

- ➔ Resposta dos movimentos populares à proposta do empreendedor para as ocupações da Izidora, na Granja Werneck.

A defensora pública Cleide Aparecida Nepomuceno solicitou que se registrasse em ata que não havia recebido um documento por escrito contendo a proposta do empreendedor para as ocupações da Izidora, apresentada na reunião da Mesa no dia 24 de março de 2015. Paula Rocha Oliveira, da Una, que assessora os movimentos populares, disse também que não tomou conhecimento da proposta do empreendedor, uma vez que a mesma não chegou até ela.

O presidente da Mesa esclareceu que a proposta foi apresentada pela Direcional na reunião de 24 de março último, conforme consta em ata, tendo sido enviada por e-mail a todos os integrantes da Mesa. Lembrou ainda que,

na mesma reunião, foi proposta a criação de uma Câmara de Negociação, com o objetivo de aprofundar a proposta, tendo sido acordada a data de 07/04/2015 para a realização da primeira reunião. Segundo o presidente, tal reunião não se realizou, pois os representantes das ocupações da Izidora não compareceram na data prevista, alegando que havia sido decretado luto de 30 dias pela morte de Manuel Bahia, um dos líderes da Ocupação Vitória.

Charlene Cristiane Egídeo, da ocupação Rosa Leão, confirmou que os representantes das ocupações da Izidora encontravam-se em luto pela morte de Manuel Bahia e que por isso não tiveram tempo nem condições emocionais para discutir toda a proposta. Alegou ainda que a questão da bolsa moradia não foi apresentada como solução para o remanejamento das famílias de uma ocupação para outra, conforme prevê o empreendimento. Solicitou que a proposta do empreendedor seja feita por escrito e que seja realizada uma visita aos moradores da ocupação para apresentação formal da proposta.

A representante dos movimentos populares Isabella Gonçalves afirmou que, mesmo com a morte do Bahia, considerando todas as dificuldades e a desestruturação do movimento, foi possível levar para as pessoas alguns temas da proposta. Segundo ela, muitas dúvidas foram levantadas pelos moradores e que por isso acredita ser necessário um aprofundamento da proposta. Propôs que a Cohab Minas se reúna com os moradores para melhor detalhamento do que foi proposto.

Em relação ao cadastro nas ocupações da Izidora, Isabella Gonçalves questionou se o mesmo deverá ser realizado pela Urbel, conforme definido pela Mesa, uma vez que tal cadastro, segundo ela, não possui dados atualizados das ocupações. O presidente da Cohab Minas informou, mais uma vez, que a realização do cadastro é responsabilidade do Executivo Municipal, pois esta é uma determinação do Ministério das Cidades para empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Charlene Cristiane Egídio insistiu que um dos questionamentos realizados pelos membros da ocupação é relativo ao cadastro que será levado em conta para mensurar o número de pessoas na ocupação. Outra dúvida por ela levantada diz respeito às benfeitorias já realizadas em algumas moradias da ocupação.

A defensora pública Ana Cláudia da Silva Alexandre argumentou que a morte de Manuel Bahia se deu de forma brutal e que por isso a comunidade estava muito abalada para analisar a proposta. Apresentando o mesmo argumento, a defensora pública Cleide Aparecida Nepomuceno propôs que seja realizada outra reunião para nova discussão da proposta.

Frei Gilvander justificou que a proposta do empreendedor não foi discutida com os moradores, tendo em vista o luto pela morte de Manuel Bahia. Afirmou que a comunidade está muito abalada e pressionada por ações da Cohab nas ocupações. Disse ainda ter recebido do presidente da Cohab Minas e do

Secretário Helvécio Magalhães mensagens telefônicas em que estaria sendo pressionado a aceitar a proposta, caso contrário a Polícia Militar agiria na reintegração de posse. O presidente da Cohab Minas negou que tenha enviado qualquer tipo de mensagem telefônica ao Frei Gilvander e exigiu que ele as mostrasse naquele momento, diante de todos os participantes da Mesa, o que não aconteceu.

Em relação às críticas das lideranças dos movimentos populares às reportagens veiculadas na imprensa, o presidente da Cohab Minas assegurou que, em momento algum, suas declarações depreciaram as lideranças das ocupações. Afirmou ter sido procurado pela imprensa e que se limitou a prestar as informações solicitadas.

Frei Gilvander sugeriu que, em função da morte de Manoel Bahia e, conseqüentemente, do pouco tempo para debater a proposta com os moradores das ocupações da Izidora, é necessário que a Direcional apresente por escrito a proposta do empreendimento. A partir disso, será possível discutir com os moradores da ocupação a proposta e responder as principais dúvidas. Ele sugere ainda que seja criada uma câmara de discussão sobre esta proposta.

O presidente da Cohab Minas lembrou que a Câmara já havia sido proposta na reunião do dia 24/03/2015 e que a reunião do dia 07/04/2015 não se realizou, tendo em vista o não comparecimento das lideranças das ocupações. Lembrou ainda que, na reunião de 31/03/2015, a proposta foi acrescida de um complemento, buscando aprimorá-la no sentido de contemplar as famílias mais numerosas. Esclareceu que, no caso desse empreendimento, não existe espaço para uma contraproposta, uma vez que o mesmo só pode ser viabilizado dentro dos parâmetros exigidos pelo Programa Minha Casa Minha Vida. Reafirmou que, se não houve acordo, essa proposta não tem como permanecer na Mesa, devendo ser tratada em outro âmbito. Colocou-se, entretanto, aberto a eventuais esclarecimentos, afirmando que, a partir desse momento, podem ser realizadas reuniões com as lideranças das ocupações fora do âmbito da Mesa para detalhamento da proposta.

- Ocupação em Rio Acima

Lideranças dos movimentos populares denunciaram a existência de um conflito em Rio Acima, informando que 29 casas do programa Minha Casa Minha Vida que deveriam ter sido entregues em 2010, que estavam fechadas e abandonadas, foram ocupadas por famílias que não tinham opção de moradia. Segundo disseram, assim que as famílias ocuparam essas casas, o Judiciário agiu decretando ação de despejo. Os moradores solicitaram que a Mesa tome providências no sentido de resolver o conflito, alegando que a ordem de reintegração de posse já está valendo e pode ser executada a qualquer momento. O Major Mendes afirmou que, até o momento, não há nenhuma

